

*Discurso no café da manhã com
representantes de organizações não-
governamentais ambientais – Projeto
Mata Atlântica*

PALÁCIO RIO NEGRO, PETRÓPOLIS, RJ, 1º DE FEVEREIRO DE 1997

Eu queria agradecer a vocês a oportunidade desta conversa informal e dizer o seguinte: é claro que a maior parte dos problemas levantados nós a conhecemos. Eu acho que fiz uma ONG antes de existir a palavra ONG no Brasil. Está havendo uma mudança, digamos, cultural muito grande no mundo. Vocês mencionaram isso aí e é verdadeiro. Uma mudança muito grande em termos de como é que você gere as coisas públicas. No início, você tinha uma oposição entre sociedade e Estado: guerra. É natural, estado enrijecido, sociedade inquieta: guerra.

Bom, eu vou repetir, muitas vezes, uma expressão que tomei por empréstimo de um amigo meu, que é o Manuel Castells, que é: as ONGs são organizações neogovernamentais. Não são não-governamentais, mas neogovernamentais. Isso eu dizia na época em que elas estavam todas na guerrilha, dando flechada. Bom, é verdade, elas têm que ser neogovernamentais não no sentido de cooptação, mas no sentido de que você tem novas formas de gestão da coisa pública. E isso implica muitas mudanças.

Claro que tudo aqui, no Brasil, aparece sob a forma de escassez. Por quê? Porque nós estamos vindo de uma situação de décadas de desor-

ganização econômica, com inflação, com um predomínio dos controles burocráticos do setor financeiro, fazendário, enorme, despropositado, que se explicava pela necessidade de evitar o caos total. Porque nós estamos no meio do caminho para uma outra situação. Nós estamos passando de uma situação em que tudo era escassez de recursos para uma situação em que começam a existir recursos, mas recursos financeiros. Hoje ainda falta muito recurso institucional, a mudança da cabeça das pessoas e a flexibilidade das burocracias e da sociedade, para entender esse novo momento. Isso se repete em todos os setores. Não é só na questão do meio ambiente, mas em todos os setores.

Eu tenho dado, recentemente, um exemplo muito simples, que é o da Caixa Econômica. A Caixa Econômica estava falida, como, aliás, o Banco do Brasil e como tudo, não é isso? Bom, nós estamos recompondo a Caixa Econômica. Hoje, a Caixa Econômica dispõe de recursos. No ano passado, nós não conseguimos gastar o dinheiro disponível, porque já são muitos bilhões de reais que estão lá por causa do FGTS, por causa das rendas próprias dela. E por que é que nós não gastamos? Porque a Caixa Econômica não foi feita para atender ao consumo de massa. Foi feita para atender às grandes empreiteiras, que faziam conjuntos, que a população, depois, não usava. Depois as empreiteiras faliam e não pagavam a Caixa Econômica.

Então, nós estamos mudando o modelo e estamos querendo fazer com que haja uma demanda direta do consumidor, quer dizer, cada um vai lá pega uma carta de crédito e vai buscar a casa que quiser. A caixa não gosta disso. A burocracia da caixa não gosta disso, porque não está treinada para lidar com o público. Está treinada para lidar, ou não fazer nada, ou lidar com os grandes lá em cima, que, depois, vão fazer a falência da própria caixa.

Há um programa por que tenho muita estima, chamado Pronaf, que é a questão da agricultura familiar. Bem, eu cansei de falar até com o pessoal do MST, porque todos vêm com a mesma demanda: "Tem que botar no orçamento, está caindo no orçamento a área social." Não é verdadeiro. Acontece que você tem, no orçamento, uma porção de recursos que nunca são usados.

Então, não adianta ter orçamento. Tem que ter recursos para que você use efetivamente. O Pronaf tem dinheiro, mas – vocês querem ver – não adianta eu botar dinheiro lá, porque não tem a capacidade de gastar o dinheiro que tem apropriadamente, ou seja, de fazer chegar lá embaixo para quem precisa. Isso é uma dificuldade imensa, porque é muito mais difícil do que fazer a moeda ficar estável com o câmbio, juros, não-sei-quê mais. É muito mais difícil, porque implica mudar o relacionamento entre as pessoas. E essas pessoas são de dentro do governo e de fora do governo.

Nós temos que desprivatizar o Estado, que é o que estou fazendo, porque antigamente eram todas as estruturas privadas dentro do Estado. Um Estado burocrático, formado pelo regime militar, Estado atrasado a que, infelizmente, parte da esquerda agora bate palmas. E, quando eu quero modernizar o Estado para quebrar o que foi feito pelo regime militar, unido ao grande capital, acham que é neoliberalismo. Como é que eu vou fazer? A cabeça é pequenininha. Eu ouço só, não digo nada. O processo é o oposto. Nós estamos desprivatizando o Estado e criando, dentro do Estado, uma porosidade, para que o Estado possa ser permeável às demandas da sociedade, principalmente na base da sociedade.

Eu poderia dar muitos exemplos disso na área da saúde, na área da educação, na área da previdência social. Em tudo nós estamos fazendo isso, assim como nós estamos mudando o modo pelo qual o Estado atua nas grandes áreas de investimento público. Por exemplo, em energia, em telefonia, nós estamos tirando da burocracia o poder que ela tinha, de fazer conluíus com os grandes capitais, pouco se interessando pelo consumidor. Nós estamos criando autoridade de outro tipo. Isso é uma mudança muito grande.

No meio dessa mudança, tem a questão, especificamente, da reforma administrativa e da criação de formas mais flexíveis de recursos e de vinculação. O próprio caso do Jardim Botânico, a própria possibilidade de setores específicos do Estado assumirem a responsabilidade do gasto. Para vocês terem uma idéia – eu digo de brincadeira, mas é verdade –, se quiserem algum dia comer no Palácio da Alvorada, eu convido vocês, mas vão comer mal, porque tudo é licitado.

Por quê? Porque não se confia no discernimento do gestor. Não é isso? Porque se acha que ele vai roubar. E para ele não roubar, cria-se uma burocracia, padroniza-se e faz-se besteira. E, aí, você compra uma porção de coisas que não precisa, coisas que você não vai usar. Quer dizer, nós estamos começando a entrar numa fase em que o desperdício é muito grande, porque começa a haver recursos, mas não há ainda os mecanismos de controle social que levem a gastar bem esses recursos.

Por isso eu perguntei sobre a questão dos recursos. Bom, isso é natural, é assim mesmo, é uma fase de transição. Vai levar mais um tempo, mas nós estamos ajustando o Brasil a um novo momento. E, nesse novo momento – é óbvio – primeiro o que foi dito aqui já, mas é verdadeiro. Quer dizer, você tem que ligar a ação municipal com a ação estadual, com a ação federal, e não competir. Tem que criar um clima de convergência, a despeito de, em cada um desses níveis, os políticos serem de partidos até opostos. Tem que criar uma cultura que permita que você deixe de lado, um pouco, a sua coisa de político, digamos, uma certa bondade ideológica, para ser uma questão em que se veja onde é que está o interesse público. Você é de um partido, eu sou do outro. Nós vamos brigar nas eleições, mas, terminadas, se você ganhar um pedaço e eu outro pedaço, nós vamos ter que nos juntar para poder atender ao interesse público, enfim, amadurecer um pouco mais em termos de cultura mais moderna, cultura política mais moderna. Está começando a acontecer isso no Brasil.

Eu faço muito empenho em nem querer saber se é daqui ou dali. E tenho dito sempre. Pode perguntar a qualquer governador de estado. O Governador Arraes recentemente, lá em Pernambuco, disse isso de público. Mas é uma coisa nova, porque é. Porque tanto faz que seja o Arraes, que seja o Buaiz, que seja o Marcello Alencar ou o Mário Covas. Qual é o problema? Vamos resolver o problema que está aí posto na mesa.

Bem, isso leva algum tempinho, mas vai avançando. E, nessa tentativa de ligar uma coisa com a outra, também é preciso, dentro do governo, ligar fios das burocracias dos ministérios e ligar, depois ou ao mesmo tempo, com a sociedade.

Nós vamos criar, agora, uma câmara para discussão das questões ambientais de tal maneira que se resolva esse problema do Ministério da Fazenda com o ministério não sei de que e tal. No começo, essa organização foi chamada de matricial. É uma palavra pedante. Essas coisas de universitário e de professores, não-sei-quê lá e tal. Vários editoriais estão dizendo que a organização tem que ser hierárquica, mas não tem cabimento. Não tem cabimento botar ministros ao redor de uma mesa. É preciso que cada um mande no seu ministério. Mas nós fizemos o oposto. Nós fizemos o oposto. O governo está funcionando em termos de câmaras, em que se juntam os ministros, Câmara de Comércio Exterior, Câmara de Política Econômica, Câmara de Infra-Estrutura. Então juntam-se ministros de áreas diferentes, e não só ministros, porque, às vezes, o ministro não sabe o assunto, como o Presidente não sabe. E não tem que saber, tem que ter o discernimento político para juntar, não é isso? E isso já está funcionando, há algum tempo, dessa maneira.

Então, problemas muito difíceis de resolver, por causa das brigas burocráticas e de controle político, começam a ser resolvidos, porque nós estamos trabalhando nesse sistema matricial, quer dizer, numa organização em câmaras, que é fundamental, porque é democrática, na qual a opinião é opinião e, no momento em que eu tomar a decisão, os ministros são obrigados a aceitar a decisão do Presidente, porque não tem outro jeito. Mas, até se chegar à decisão, é preciso que haja um entendimento aberto, não é? Um diz uma coisa, outro diz outra. Aí criticam: "Não, porque fulano opinou de tal maneira, o beltrano de outra maneira." Não tem importância. Quer dizer, opinar de maneiras diferentes é um processo democrático de chegar a um consenso, quando se chega, mas eu procuro chegar ao consenso. Claro que, não havendo jeito, eu arbitro, porque também não pode parar o processo decisório em função de impasses de pontos de vista. No limite, você tira o ministro ou o funcionário. Mas no limite, o melhor não é isso, não. O melhor é você ganhar as coisas pelo convencimento.

Então, nós vamos criar também esse fórum. Eu vou anunciar brevemente a formação desse fórum, que facilitará essa questão da passagem

de recursos de cá para lá, de lá para cá, etc. Porque, por exemplo, no caso do porto de Sepetiba – eu vim a Petrópolis há um ano, anunciei recursos para o porto de Sepetiba e os recursos estão lá no BNDES –, para passá-los do BNDES para a Docas do Rio de Janeiro levou um ano, porque tem parecer jurídico de todo tipo. E, se você erra no parecer jurídico, vem aí uma ação popular. E vem um promotor mais jovem que quer aparecer no jornal e pede ao juiz uma liminar. Se o juiz for também maluquete – porque tem vários –, dá a liminar e manda prender o Presidente do BNDES, porque é assim que funciona o Brasil.

Alguns funcionários, como o Secretário do Tesouro, anda com o *habeas corpus* no bolso, porque parece que somos assaltantes. Nós vivemos numa sociedade de escândalos. Então, tem muita gente que quer aparecer no jornal. Então lá vai a denúncia. E, mal tem a denúncia, sempre se encontra um maluquinho que dá a liminar. É claro que você cassa a liminar, mas 48 horas, que é o tempo que demora para cassá-la, pode-se prender o funcionário. Também aí tem que se entender que é mais um momento de explosão da sociedade de massa.

Há a indústria das liminares, claro. Não querem efeito vinculante, porque os advogados ganham um dinheirinho nisso. Enfim, isso vai se resolvendo. Nós levamos um ano para poder passar o recurso que já estava disponível. Eu posso dar dezenas de exemplos iguais.

Uma hidrelétrica importante, que, aliás – no Sul, Machadinho –, ficou seis meses parada, porque algum tecnicozinho lá do Tribunal de Contas soltou um parecer antes de ser julgado. Isso vai para imprensa, vai para a tribuna. Sempre tem alguém que quer ir para tribuna para denunciar: “Denuncio este governo neoliberal, safado, que está vendendo ao imperialismo o patrimônio brasileiro, e tal.” E, aí, quando se vai analisar tudo, quando vai para o Supremo Tribunal, já se passaram seis meses, só para dizer que estava tudo certo, não havia nada, e você paralisou uma obra importante durante seis meses.

Isso está acontecendo com muita frequência, por causa desse momento que nós estamos vivendo. Isso é bom, quer dizer, isso é sinal de que a gente está mexendo nas coisas. Não é isso? Não estou aqui reclamando, não. Estou só entendendo. Eu nunca tomo uma posição, nunca

não sei, mas procuro evitar uma posição personalizada. Eu acho que isso é um processo. O negócio é um processo, assim mesmo. É normal que seja. A gente tem que ter paciência, e vai levando.

Então, eu acho que nós estamos num momento em que é preciso, realmente, amiudar as nossas conversas – não as minhas, porque não tenho, infelizmente, tempo –, mas afinar um pouco a viola, para saber que muita gente quer a mesma coisa, e não descobriu o que quer. A mesma coisa, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a gente desconfia muito de que o outro não quer a mesma coisa. Sempre tem a suspeita: Qual a dele? Qual é a malandragem? Também vale para as ONGs isso. O que é que eles querem?

Então, tem que se quebrar esse preconceito. Mas não adianta dizer isso. Vai quebrando, pouco a pouco vai quebrando. Eu imagino que, agora, a gente, organizando um pouco melhor essa câmara para poder debater, possa encaminhar as coisas mais rapidamente. E acho que é importante, também, insistir na questão da Mata Atlântica, o que está acontecendo, etc.

É um problema, também, como vocês mesmo disseram, complexo, porque se agora, no Brasil, digamos, tem fatores de destruição, pela via econômica, dos investidores e fatores de destruição pela via da pobreza, como invadir área de nascente. Agora, o MST disse que vai invadir a reserva da Vale do Rio Doce. É reserva florestal pura, e será destruição de mata. Invadem e não estão nem pensando se tem mata, se não tem mata, porque estão noutra. Da perspectiva fundamentalista que se coloca, o mais importante é a invasão.

Então, você tem, realmente, muitos fatores que são contra uma visão correta de preservação do meio ambiente. É preciso ganhar essa gente. Ganhar os dois lados. É preciso ganhar os empresários, como foi dito aqui – alguns são realmente truculentos, sobretudo quando diz respeito a madeiras e coisas do estilo; são truculentos –, e ganhar também os setores populares, que, de repente, sem perceberem, são instrumentos também de destruição.

Eu acho que houve avanços grandes no Brasil. De toda maneira, houve avanços grandes no Brasil. E acho importante. Nós temos, tam-

bém, que evitar que se crie uma imagem de que aqui tudo é destruição, porque isso não leva à ajuda de não fazer a destruição.

Ontem eu recebi, aqui, o Havelange e o Ronaldo Cezar e o Nuzman. Um dos problemas que preocupa, hoje, para o Rio poder vir a ser a sede dos jogos é o fato de que a nossa imprensa, refletindo uma realidade, mas, de qualquer maneira, exagerando, passa para o mundo todo, e repetem lá, o negócio de criança de rua, de assaltante, esse tipo de questão. Então ficam pensando que este país não está dando atenção ao social, como se atenção ao social fosse uma decisão de império, como se não fosse todo um processo de transformação.

Nós precisamos, também, mudar um pouco esse enfoque, quer dizer, há os problemas, nós estamos lutando para melhorar a situação. Acho que seria importante transmitir confiança. Porque, na Agenda 21, poucos países o fizeram. Então, nós temos que ressaltar o que nós estamos fazendo, para poder dizer: "Falta, mas já estamos fazendo, e vamos fazer mais." Precisamos dizer: "Não, isso aqui é um país que tem uma imensa área e não podemos olhar apenas pelo que foi destruído, mas a quanto corresponde o que sobrou." É uma montanha de coisa. Nós temos escassíssimas – aí sim – condições de controle. Nós sabemos disso. Não tem condições de controle.

A mesma coisa é a questão da reserva indígena, que me deixa maluco. Você tem reservas imensas. Como é que controla a penetração, nessas áreas, dos madeireiros ou dos grileiros. Com que força você controla isso? Não tem jeito de controlar. Você tem que mudar a cabeça. É um processo, que é mais longo. Mas não dá, não se pode fazer um "Estado policial" para preservar o meio ambiente, preservar as populações indígenas, não dá. Você vai ter que fazer uma mudança, realmente, mais profunda, que está em marcha.

Acho que devíamos aproveitar essa "Rio mais 5", para passar uma mensagem de que aumentou o grau de consciência ambiental no Brasil. Aumentou o grau de interpenetração das forças da sociedade com o Estado. Começa a haver uma sensibilidade maior em vários níveis, na questão ambiental. Passar uma mensagem positiva não para enganar, mas porque é verdade. Senão a gente fica só "chovendo no molhado". Vamos passar para uma fase afirmativa.

Mas não estou dizendo isso para escapar dos nãos; dos que não têm nós sabemos. Acho que, dentro do limite do que o Governo possa ser flexível, vamos, aí, continuar trabalhando juntos.

Muito obrigado, e mantenho o convite para comer ervilha.